

Regime Jurídico da Urbanização e Edificação 2000 a 2009 (91 h).  
Implementação do SIADAP no Município de Setúbal 2006 a 2008 (183 h).

FORGEP — formação em gestão pública, classificação final 15 valores.  
204056994

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

### Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional

#### Despacho n.º 18731/2010

O despacho normativo n.º 18/2010, publicado na 2.ª série do *Diário da República* de 29 de Junho, aprovou, em sede de regulamentação do Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de Outubro, o Regulamento da Atribuição do Prémio de Mérito (RAPM) que constituiu o seu anexo II e que daquele faz parte integrante.

Considerando, conforme previsto no artigo 2.º do RAPM que o prémio de mérito possui uma natureza simbólica, assumindo-se essencialmente como uma homenagem pública e solene às entidades que em cada ano mais se distinguem na integração profissional das pessoas com deficiências e incapacidades, bem como às pessoas com deficiências e incapacidades que, pelo seu esforço e iniciativa, se distinguem na criação do próprio emprego;

Considerando que, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do RAPM, a apreciação das candidaturas, a classificação dos concorrentes e a atribuição dos prémios de mérito competem a um júri a designar, anualmente, por despacho do membro do governo responsável pela área do emprego e da formação profissional;

Considerando o que antecede e nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 12.º do RAPM anexo ao despacho normativo n.º 18/2010, publicado na 2.ª série do *Diário da República* de 29 de Junho, determina-se o seguinte:

1 — Pelo presente despacho procede-se à designação dos membros que integram, relativamente ao ano de 2009, o júri do concurso competente para a atribuição dos prémios de mérito previstos no anexo II do despacho normativo n.º 18/2010, publicado na 2.ª série do *Diário da República* de 29 de Junho.

2 — Integram o júri referido no número anterior a personalidade e os representantes dos organismos e entidades adiante identificados:

- a) Coronel Manuel da Costa Braz, que preside;
- b) Dr.ª Maria da Conceição Amaral Moita, em representação do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.;
- c) Dr.ª Ana Paula Figueiredo dos Santos Rodrigues, em representação do Instituto Nacional para a Reabilitação, I. P.;
- d) Dr. Domingos Marques Alves Rosa e Dr. Rogério Manuel Dias Cação, em representação das entidades representativas das pessoas com deficiências;
- e) Dr. Mário Pereira e Professor Jerónimo de Sousa, em representação das entidades que actuam no domínio da reabilitação profissional das pessoas com deficiência;
- f) Marcelino Pena Costa e Dr. Nuno Bernardo, em representação das associações de empregadores;
- g) Ana Paula Silva Viseu e José António Silveira Subtil, em representação das associações sindicais;
- h) Eng.º João Alonso e Dr. João Teixeira, em representação do sector cooperativo.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia seguinte ao da sua assinatura.

7 de Dezembro de 2010. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Valter Victorino Lemos*.

204055649

Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P.

#### Despacho n.º 18732/2010

Por Deliberação do Conselho Directivo de 30.09.2010, e até à conclusão do procedimento concursal para recrutamento e provimento dos referidos cargos, foram nomeados em regime de substituição, para o Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, os seguintes trabalhadores que detêm as competências técnicas e aptidões para o exercício das funções, conforme evidencia as respectivas notas curriculares em anexo:

Licenciado Luís Manuel de Gabriel Vicente, técnico superior, para o cargo de Director da Unidade de Sistemas de Informação;

Licenciada Maria do Carmo Martins Vaz Ferreira Marques de Abreu, técnica superior, para o cargo de Directora de Unidade de Coordenação e Acompanhamento;

Licenciada Maria Julieta da Costa Albuquerque de Sousa, técnica superior, para o cargo de Coordenadora do Núcleo de Coordenação das Intervenções Operacionais.

O presente Despacho produz efeitos a partir de 05 de Setembro de 2010.

IGFSE, 10 de Dezembro de 2010. — O Vogal do Conselho Directivo, *Joaquim Rafael Costa de Oliveira Moura*.

#### Nota curricular

Identificação:

Nome: Luis Manuel de Gabriel Vicente  
Data de nascimento: 28 de Abril de 1963

Habilitações Académicas e Formação Complementar:

Curso Superior de Engenharia de Electrónica e Telecomunicações pelo Instituto Militar dos Pupilos do Exército;

Formação nas áreas da informática (administração de sistemas, bases de dados e comunicações) e de telecomunicações (centrais telefónicas);

Curso do FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública no Instituto Nacional de Administração (INA) (2007).

Experiência Profissional mais relevante:

2005 — 2010: Director da Unidade de Sistemas de Informação do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu;

2009: Representante do IGFSE na Comissão de Sistemas de Informação do Instituto de Informática, IP;

1996 — 2005 — Técnico Superior Consultor no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), responsável pela infra-estrutura e administração das redes Novell tendo vindo mais tarde a integrar o grupo de trabalho para a reestruturação das redes da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo (DRLVT) ficando, ainda, responsável pela migração dos dados para uma arquitectura de rede MS Windows. Coordenou ainda vários grupos de trabalho, de salientar o (i) de estudo, análise e desenvolvimento de uma aplicação, a ser usada pelos Conselheiros de Orientação Profissional, Sistema de Gestão de Candidatos a Formação (SGCF), para encaminhamento dos candidatos para os Centros de Formação e o de (ii) análise e desenvolvimento do Sistema de Gestão Administrativa Financeira (SGAF), para pagamento aos formadores.

1993 — 1996: Chefe de Divisão de Organização e Informática da DRLVT do IEFP — Nesse período, coordenou a instalação das redes informáticas Novell e a implementação da aplicação da Área Financeira, nos Serviços de Coordenação, Centros de Emprego e Formação da DRLVT.

1988 — 1993: Responsável pelo sector da informática no Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu — Procedeu ao levantamento, análise funcional e desenvolvimento de uma aplicação para a gestão dos processos do Fundo Social Europeu entre 1986 e 1989, tendo a mesma sido desenvolvida e implementada num equipamento NCR Tower 600, Unix System V, utilizando a tecnologia de base de dados Informix. Assumiu também o desenvolvimento e manutenção evolutiva da aplicação para o tratamento e gestão do QCAI, desenvolvida pela Digital Equipment Corporation, utilizando para o efeito a tecnologia de base de dados Vax RDB, no desenvolvimento a ferramenta RAD Vax Rally e Vax Cobol.;

1987: Técnico Superior de Informática no Núcleo de Planeamento Global, Organização e Informática do IEFP, sendo responsável pelos dois sistemas ICL DRS300 CPM.

1984: Técnico de “Field Service” na Cassel-Data/Data General, destacado para a Sede do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa.

Carreira na Administração Pública:

Técnico Superior Consultor do mapa de pessoal do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

#### Nota curricular

Identificação:

Nome: Maria do Carmo Martins Vaz Ferreira Marques de Abreu  
Data de nascimento: 31 de Março de 1952

Habilitações Académicas e Formação Complementar:

Licenciatura em Finanças pelo Instituto Superior de Economia, em 1974.

## Experiência Profissional mais relevante:

2000 — 2010: Directora da Unidade de Coordenação, Acompanhamento e Comunicação do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu;

2008 — 2010: Representante Governamental no Comité do Fundo Social Europeu (FSE) como membro suplente;

1996 — 2000: Coordenadora na Comissão de Coordenação do FSE;

1995: Coordenadora na estrutura de análise da vertente FSE do PEDIP;

1989 — 1994: Coordenadora no Instituto do Emprego e Formação Profissional na área da gestão dos apoios do FSE, na Direcção de Serviços da Avaliação e Acompanhamento de Programas e no Centro Nacional de Formação de Formadores;

1985 — 1989: técnica superior na Faculdade de Medicina Dentária de Lisboa, tendo sido responsável pela coordenação e gestão dos processos de candidaturas do Centro de Formação Profissional da Faculdade ao financiamento do FSE;

1981 — 1985: Exerceu funções no sector privado, em regime de licença sem vencimento, no Departamento Internacional da Empresa Ilídio Monteiro Construções, integrando a Direcção Administrativa e Financeira da empresa em Trípoli, na Líbia;

1979 — 1981: técnica superior na Direcção-Geral do Comércio Não Alimentar;

1978: Assessora do Gabinete dos Ministros da Educação e Cultura no II e III Governos Constitucionais;

1973 — 1979: técnica superior no Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação na área dos Estudos de Qualificações Profissionais.

## Carreira na Administração Pública:

Técnica Superior do mapa de pessoal da Faculdade de Medicina Dentária de Lisboa.

**Nota curricular**

## Identificação:

Nome: Maria Julieta da Costa Albuquerque de Sousa

Data de nascimento: 7 de Março de 1960

## Habilitações Académicas e Formação Complementar:

Licenciatura em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa, menção de Ciências Jurídicas (1986);

Diploma Universitário de Especialização em Ciências da Educação, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação e Université des Sciences Sociales de Grenoble (Pós Graduação, 1994);

Pós-Graduação em Legística e Ciências da Legislação, pela Faculdade de Direito de Lisboa, (2004);

Curso FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, promovido pelo INA, (2007).

## Experiência Profissional mais relevante:

2006 — 2010: Coordenadora de núcleo na Unidade de Coordenação e Acompanhamento do IGFSE, I. P.;

2005 — 2006: Assessora do Gabinete do Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional;

2001 — 2005: Assessora no IGFSE, I. P., integrando a Unidade de Coordenação e Acompanhamento;

1996- 2001: Assessora jurídica do Gabinete de Dinamização e Acompanhamento de Formação Profissional (GDA-FP), no âmbito da intervenção dos Programas Operacionais do Ministério da Economia;

1994 — 1996: Coordenadora de Programa, no âmbito da metodologia de Formação-Ação em áreas de Gestão para PME (IAPMEI-INFORCE);

1986 — 1994: Desempenhou funções técnicas e de coordenação no domínio da formação profissional, no sector privado;

1987 — 1994: Desenvolveu actividade como Advogada inscrita na Ordem dos Advogados.

## Carreira na Administração Pública:

Técnica Superior do mapa de pessoal do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P.

204056645

**Instituto da Segurança Social, I. P.****Aviso n.º 26462/2010**

Por se constatarem desconformidades que inviabilizam as operações do Procedimento Concursal Comum com vista ao preenchimento de 1

posto de trabalho na categoria e carreira de técnico superior, do mapa de pessoal dos Serviços Centrais do Instituto da Segurança Social, I. P., aberto pelo Aviso n.º 18098/2010, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 179 de 14 de Setembro, pp. 47020 a 47021, publicitado na Bolsa de Emprego Público, com o código de oferta, OE201009/0311, de 14 de Setembro e na área do ISS, I. P. da página [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt), determino a sua anulação.

Os opositores a este procedimento concursal serão notificados em conformidade.

24 de Novembro de 2010. — O Vogal do Conselho Directivo, *António Nogueira de Lemos*.

204056904

**Aviso n.º 26463/2010****Procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de 3 postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal dos Serviços Centrais — Instituto da Segurança Social, I. P., referência DRH/TS/199/2010**

Nos termos do n.º 6 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que por Despacho n.º 1398/2009, de 20 de Outubro, do Secretário de Estado da Administração Pública, Despacho n.º 27/09, de 6 de Novembro, do Ministro de Estado e das Finanças e deliberação de 23 de Novembro de 2010, do Conselho Directivo do Instituto da Segurança Social, I. P., se procede à abertura de três (3) procedimentos concursais comuns, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicitação deste aviso no *Diário da República*, para o preenchimento, no total, de 3 postos de trabalho vagos, na carreira e categoria de técnico superior, constantes do mapa de pessoal dos Serviços Centrais deste Instituto, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Para efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento neste organismo e não ter sido efectuada consulta prévia à ECCRC, por ter sido considerada temporariamente dispensada, uma vez que ainda não foi publicitado pela DGAEP qualquer procedimento concursal para a constituição das referidas reservas de recrutamento.

1 — Aos presentes procedimentos concursais é aplicável a tramitação prevista no artigo 54.º da Lei n.º 12-A/2008 (LVCR), de 27 de Fevereiro, regulamentada pela Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

2 — Número total de postos de trabalho a contratar: 3, distribuídos pelas seguintes referências/procedimentos concursais:

2.1 — Referência A: 1 posto de trabalho, na categoria e carreira de técnico superior, a afectar ao Gabinete de Apoio Técnico — Sector de Instalações, Equipamentos e Sistemas, dos Serviços Centrais do Instituto.

2.2 — Referência B: 1 posto de trabalho, na categoria e carreira de técnico superior, a afectar ao Gabinete de Apoio Técnico — Sector de Instalações, Equipamentos e Sistemas, dos Serviços Centrais do Instituto.

2.3 — Referência C: 1 posto de trabalho, na categoria e carreira de técnico superior, a afectar ao Gabinete de Apoio Técnico — Sector de Apoio ao Património.

3 — Caracterização dos postos de trabalho:

3.1 — Referência A:

Execução, acompanhamento e desenvolvimento de estudos e projectos, no âmbito da respectiva especialidade, designadamente:

Instalações, equipamentos e sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado

AQS e Energia Solar Térmica

Redes de gás

Desenfumagem

Gestão e fiscalização de obras nas áreas técnicas referidas, em articulação com as unidades orgânicas competentes;

Apoio técnico ao desenvolvimento dos procedimentos de adjudicação de empreitadas e intervenções no âmbito da manutenção;

Colaboração na definição de orientações e procedimentos a seguir na manutenção dos equipamentos técnicos dos edifícios;

Apoio técnico à elaboração de contratos de manutenção periódica e permanente dos equipamentos e acompanhamento da sua execução;

Verificação da aplicabilidade dos Normativos das Respostas Sociais;

Apoio técnico às Entidades Promotoras de Equipamentos Sociais.

3.2 — Referência B:

Execução, acompanhamento e desenvolvimento de estudos e projectos, no âmbito da respectiva especialidade;